



EURODEPUTADOS ANA GOMES E MIGUEL VIEGAS DEBATERAM NO PORTO "A EUROPA E A EVASÃO FISCAL"

"Caso 'Panamá Papers' é um auxílio de Estado"

O caso 'Panamá Papers' "é um auxílio de Estado". A afirmação é da eurodeputada Ana Gomes, que integra a comissão de inquérito aprovada pelo Parlamento Europeu com o objetivo de investigar alegadas contravenções ou má administração, pela Comissão ou pelos Estados-membros, na aplicação das regras europeias relacionadas com o branqueamento de capitais, a elisão e/ou evasão fiscal.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Para Ana Gomes, o caso 'Panamá Papers' é "uma forma de captar investimento de grandes multinacionais para esse paraíso fiscal, para que, em vez de pagarem a taxa normal de IRC dos respetivos países, paguem uma taxa ridícula ou quase nenhuma". Uma prática que a eurodeputada socialista considera "ridícula", classificando-a como "uma deslealdade e uma perversão das regras da concorrência do mercado interno". Com a agravante, diz Ana Gomes, de que "tudo isto se passa num contexto em que os povos da União Europeia têm sido espremidos e encurralados com brutais aumentos de impostos, como aqueles que conhecemos no nosso país", o que é "indecoro". E é, aliás, "a distorção completa do projeto europeu, incluindo no plano económico".

Miguel Viegas partilha da mesma opinião. O eurodeputado comunista falou do caso 'Panamá Papers', mas fez questão de lembrar que tudo isto é "uma sequência de acontecimentos" e de "vários escândalos fiscais ao longo dos anos". E em que o caso "Lux Leaks" foi "aquele que teve mais repercussão junto da opinião pública", porque "impactou diretamente na União Europeia, na medida em que implicava diretamente aquele que é hoje o presidente da Comissão Europeia", Jean Claude Juncker.

O ex-Primeiro-Ministro do Luxemburgo,



"É preciso um maior controlo público das instituições financeiras", defende Miguel Viegas.

frisou Miguel Viegas, "até tinha dito no discurso da sua tomada de posse [como presidente da Comissão Europeia] que o combate à evasão fiscal era uma prioridade, porque era uma iniquidade a situação de haver empresas que não pagavam impostos, etc, etc, mas, afinal, passadas algumas semanas, soube-se do caso "Lux Leaks", em que havia 343 empresas multinacionais sediadas no Luxemburgo a usufruírem de um esquema que ele próprio tinha concebido, como Primeiro-Ministro, durante mais de 20 anos". E isto, para o eurodeputado, "diz bem da contradição em que esta UE está envolvida".

Construção de uma base tributária harmonizável

Ana Gomes lembrou que "há processos que já estão a decorrer e que são resultado do nosso trabalho", dando como exemplo o facto de a Comissão ter instaurado "processos de inquérito devido aos acordos fiscais entre algumas multinacionais e vários países da UE e multinacionais como a McDonalds, a Starbucks, a Amazon e a Apple, que tinham esquemas de, estando sediadas na Holanda, por exemplo, não pagarem impostos e desviarem esses proveitos para paraísos fiscais fora



O caso 'Panamá Papers' é "uma deslealdade e uma perversão das regras da concorrência", frisa Ana Gomes.

da União Europeia". E mostrou-se satisfeita, por "o nosso trabalho não ser inútil".

Em maio último, os deputados europeus votaram uma proposta que prevê que as autoridades fiscais troquem informação fiscal sobre as empresas multinacionais. As multinacionais com faturação superior a 750 milhões de euros devem apresentar às autoridades fiscais nacionais um relatório sobre os impostos que pagam em cada país, sendo que cada Estado-membro que receba este relatório deve partilhar essa informação com os outros Estados onde a empresa opera.

Em todo o caso, avisou Miguel Viegas, "os vários relatórios que vão sendo divulgados levam-nos a concluir que é preciso haver mais transparência ao nível das entidades", nomeadamente mais informação sobre "quais são as pessoas físicas que estão por trás dessas entidades" e os "segredos fiscais" que lhes possam estar associados. É que, diz, "os relatórios que conhecemos não vão à raiz do problema e, não indo à raiz do problema, nunca irão resolver a questão".

E justamente para não se "cair na ilusão de que é possível regular as multinacionais ou o poder económico", Miguel Viegas defende "um maior controlo público das instituições financeiras e a nacionalização de parte do sis-

tema financeiro", por ser "a única forma de, democraticamente, os povos terem controlo efetivo sobre uma atividade, da qual, fundamentalmente da qual depende, diretamente e indiretamente, toda a economia".

Por outro lado, "vamos continuar a bater-nos por melhor transparência, por melhor legislação e por algo que é extremamente útil e que poderá ser uma medida com substância" – "a construção de uma base tributária harmonizável, que seja distribuída por países". É que, frisa Miguel Viegas, "a partir do momento em que se consolidasse toda a massa tributável de uma empresa multinacional e depois se distribuisse essa massa tributável de acordo com critérios objetivos – o número de trabalhadores, o imobilizado e o volume de vendas, por exemplo –, tudo ficava resolvido" e era "uma maneira de evitar transferir lucros de forma artificial".

Ana Gomes (PS, S&D) e Miguel Viegas (PCP, GCEUE/ENV) integram a comissão de inquérito recentemente aprovada pelo Parlamento Europeu, composta por 65 eurodeputados, para investigar o caso 'Panamá Papers'. E debateram na última semana, no Porto, a convite do Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, "A Europa e a Evasão Fiscal".